

A formação do professor na contemporaneidade: rumos atuais sob a Resolução CNE/CP nº 02/2019

Renan Bandeirante de Araújo¹

Caline do Carmo Couto²

Maria Jaqueline Giovanini Heidrich³

Resumo: O presente artigo desenvolve uma reflexão crítica acerca da formação docente na contemporaneidade neoliberal. Analisa, numa breve perspectiva histórica, a função do professor no processo de ensino, conforme a Resolução CNE/CP nº 02/2019. Para esse fim, referenciado no método de investigação materialista-dialético, recorre-se a fontes documentais e bibliográfica. Em breve síntese, o artigo analisa o papel reservado ao professor no processo educativo, considerada as determinações políticos/educacionais matizadas pelas novas Diretrizes para a Formação de Professores, pois tem-se como premissa que a BNC-Formação (2019) privilegia uma formação de cunho tecnicista cujo pragmatismo visa responder às demandas do atual mercado de emprego precarizado. Como resultado as Diretrizes em questão promovem um processo de (des)formação intelectual docente. Por meio desta pesquisa espera-se contribuir para o debate acerca das políticas de formação de professores no Brasil.

Palavras-chave: Contemporaneidade neoliberal. Formação de professores. BNC-Formação (2019).

1

Teacher Training in Contemporary Times: Current Practices under Resolution CNE/CP No. 02/2019

¹Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Campus Araraquara). Professor Associado Unespar. Docente do Programa de Pós-Graduação em Formação Docente Interdisciplinar da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR/Campus Paranaíba). E-mail: renanbandeirante@gmail.com ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6199-1061>

²Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar (PIFOR), do Centro de Ciências Humanas e Educação, da Universidade Estadual do Paraná - (Unespar) - Campus Paranaíba. Professora do Ensino Fundamental (anos iniciais) da Secretaria Municipal de Educação de Guairaçá. Paraná, Brasil. Contato: calinecarmo03@gmail.com Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-2891-2047>

³Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar (PIFOR), do Centro de Ciências Humanas e Educação, da Universidade Estadual do Paraná - (Unespar) - Campus Paranaíba. Professora do Ensino Fundamental (anos iniciais) da Secretaria Municipal de Educação de Paraíso do Norte. Paraná, Brasil. Contato: mariajaquelineheidrich@gmail.com Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0002-7675-3271>

eISSN 2594-4002

DOI: [10.46551/ees.v20n22art06](https://doi.org/10.46551/ees.v20n22art06)

Recebido em 10/07/2024 ■ Aceito em 08/08/2024 ■ Publicado em 02/11/2024

Abstract: This paper entails a critical reflection on teacher training in contemporary neoliberal times. From a brief historical perspective, we analyze the role of the teacher in the teaching process, according to Resolution CNE/CP No. 02/2019. For this purpose, we used documentary and bibliographic sources based on the dialectical materialist research method. In sum, this paper discusses the role assigned to the teacher in the educational process, considering the political/educational determinations nuanced by the new guidelines for teacher training. We rely on the assumption that the BNC-Training (2019) prioritizes technicism to address the demands of the current job market. **Keywords:** Neoliberal Contemporaneity. Teacher Training. BNC-Training (2019).

La formación docente en la época contemporánea: orientaciones actuales según la Resolución CNE/CP n° 02/2019

Resumen: Este artículo desarrolla una reflexión crítica sobre la formación docente en los tiempos neoliberales contemporáneos. Analiza, en una breve perspectiva histórica, el papel del docente en el proceso de enseñanza, según la Resolución CNE/CP n° 02/2019. Para ello, referenciados en el método de investigación materialista-dialéctico, se utilizan fuentes documentales y bibliográficas. En breve resumen, el artículo analiza el papel reservado al docente en el proceso educativo, considerando las determinaciones político-educativas matizadas por las nuevas Directrices para la Formación Docente, teniendo como premisa que BNC-Formação (2019) privilegia la formación docente de carácter técnico cuyo El pragmatismo pretende responder a las demandas del actual mercado laboral precario.

Palabras clave: Contemporaneidad neoliberal. Formación de profesores. BNC-Formação (2019).

1. Introdução

O contexto histórico do tempo presente é marcado não somente pela forte influência das teses neoliberais no campo econômico, mais na busca da conformação de um padrão de sociabilidade que, centrado em valores que conformam o sujeito neoliberal, reproduza a lógica social em acordo com os interesses da acumulação do capital propriamente dito. Na medida que investigamos a influência do conceito neoliberal nas políticas educacionais e sua interação com o sistema econômico, torna-se evidente a influência dos cânones neoliberais na esfera educacional. Nesse sentido, busca-se compreender como as políticas e abordagens baseadas na cidadania global são usadas como justificativa para introduzir inovações no âmbito educativo, atendendo às demandas do mercado de emprego, o que aprofunda as contradições sociais agudizadas no tempo presente. Em função disso, prioriza-se uma formação fundamentada em critérios de mérito, o que, lamentavelmente, acentua as disparidades sociais devido à

insuficiência de ações do Estado que se encontra manietado pelas políticas de “contenção de gastos”, pressuposto indelével das políticas econômicas a orientar as ações de cunho neoliberal.

No contexto atual de predomínio das políticas neoliberais, os argumentos que sustentam as reformas educacionais com vistas à melhoria da qualidade do ensino por meio da revisão curricular, política de formação de professores, entre outras ações, na verdade, objetivam reestruturar a educação pública de modo a controlar os investimentos no ensino e melhorar o controle quando da aplicação ou utilização dos recursos orçamentários. Nessa mesma linha de raciocínio, temos que as reformas educacionais são impulsionados por interesses mercadológicos que buscam moldar o perfil social/profissional do jovem que estuda na rede que compõe as escolas públicas brasileiras, processo relacionado ao estímulo da adoção de ações pautada na competitividade entre os indivíduos, padrão hegemônico de sociabilidade na sociedade neoliberal global. Nesse contexto, a política de formação de professores preconizada pela Base Nacional Comum-Formação (2019) deve ser vista como parte das políticas que visam reorientar a educação em sintonia com mercado de emprego, conforme será abordado na segunda seção deste artigo.

3

Como consequência desse processo social/econômico/educacional algumas tendências podem ser identificadas: a-) a educação converte-se em possibilidade de lucro financeiro; b-) reorienta-se os indivíduos para adoção de novas atitudes de conformação social; c-) incentiva-se o individualismo por meio da ideologia do mérito; d-) submissão do ensino ao mercado de emprego precário; e-) negação do acesso aos conteúdos científicos produzidos pela humanidade. Ou seja, aprofunda-se o processo de estranhamento social por meio do ensino, considerando que a concepção predominante de educação é restrita à preparação para o mercado de emprego, da difusão da ideologia do mérito individual em detrimento de uma visão baseada numa existência humana, acentua os valores éticos e morais disruptivos inerentes à lógica do capital. É por isso que as reformas educacionais e a política de formação de professores estão a serviço da construção da nova hegemonia neoliberal.

2. Desenvolvimento

O artigo foi organizado em duas seções, onde a primeira nos remete ao histórico recente das leis e resoluções marcantes para a trajetória da educação brasileira,

sobretudo no que diz respeito à formação inicial e continuada dos professores. Usamos como referência inicial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96 (Brasil, 1996). Também mencionamos as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), (Brasil, 2002), Resoluções CNE 02/2015 (Brasil, 2015) e CNE/CP nº 02/2019 (Brasil, 2019).

A segunda parte visa desenvolver uma reflexão crítica acerca das resoluções, sobretudo da CNE/CP nº 02/2019 (Brasil, 2019), no sentido de desvelar o processo de mistificação da figura do professor mediante as mudanças econômicas e sociais.

3. Fundamentação teórica

Para o desenvolvimento do artigo recorreremos ao método histórico-dialético uma vez que a compreensão dos processos históricos, na sua essência, exige relacioná-los dialeticamente às suas duas dimensões cruciais que envolvem o objeto analisado propriamente dito, a saber: a sua particularidade e a sua universalidade. É somente por meio deste método dialético que se faz possível apreender o objeto na sua dimensão de totalidade, daí que a política de formação de professores deve ser analisada como parte de um contexto socioeconômico e político, cuja análise, numa perspectiva dialética, permita-nos compreender as múltiplas contradições desse processo social. Temos que “o materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade” (Triviños, 1987. p. 51). Portanto, recorrer ao materialismo dialético significa trilhar o caminho mais eficaz para a explicação das contradições dos fenômenos sociais, de modo particular, compreender a essência das políticas que matizam as reformas educacionais contemporâneas, bem como a concepção de formação de professores presente na BNC-Formação de 2019.

4. Metodologia

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, para tanto ampara-se em uma investigação bibliográfica e documental para contextualizar o histórico da formação docente no Brasil e as suas transformações, desvelando sobre o processo de mistificação da figura do professor mediante as mudanças econômicas e sociais.

De acordo com a pesquisa qualitativa, Chizzotti (2000), aponta que o objetivo é provocar o esclarecimento de uma situação para uma tomada de consciência pelos próprios pesquisados dos seus problemas e das condições que os geram. Acerca da metodologia de pesquisa bibliográfica, que de acordo com Gil (2002) “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (2002, p. 44). Ou seja, por referenciais teóricos e publicações que já foram publicados sobre determinado tema, baseando-se nos pressupostos do materialismo histórico.

5. Resultados e Discussão

Contextualização da formação docente no Brasil

Discutir os antecedentes históricos implica explorar o que realmente aconteceu na vida cotidiana, onde os verbos são conjugados continuamente, moldando as experiências compartilhadas e os desacordos na interação social. É a partir dessas preocupações que surgem os avanços, desafios, retrocessos e obstáculos.

Nessa perspectiva, é fundamental iniciar com um marco crucial para a compreensão das políticas educacionais brasileiras, que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996). Esta legislação aborda diversos aspectos, incluindo diretrizes para a formação de professores, estabelecendo que a preparação deve ocorrer em nível superior, por meio de cursos de licenciatura de graduação plena.

Além disso, prevê também a formação em nível de pós-graduação para docência no ensino superior. O artigo 67 assegura aos docentes do magistério público: a) ingresso, exclusivamente, por meio de concurso de provas e títulos; b) oportunidades de aperfeiçoamento profissional contínuo, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; c) um piso salarial profissional; d) progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, bem como na avaliação de desempenho; e) tempo dedicado a estudos, planejamento e avaliação, incorporado à carga de trabalho; e f) condições de trabalho adequadas (Brasil, 1996).

Para Severino (2014), a reforma educacional de 1996 é resultado das expressões neoliberais, absorvidas pelo texto e princípios que norteiam as concepções legais dos documentos de maneira contraditória e permeada por tensões ideológicas, havendo tanto expectativas quanto frustrações nesse processo. Por outro lado, contraditoriamente, fez-

se um lugar de compromissos democráticos na promoção cidadã do direito à educação no âmbito do território nacional brasileiro.

Estes anseios somam as expectativas que podem ser pensadas pela ideia de valorização social da educação e profissionais da educação pública pelo argumento de qualidade. Entretanto, a lei que marca as políticas educacionais no Brasil é rechaçada pelas frustrações e sua morosidade na implementação e direções concretas à esperada valorização pautada em princípios democráticos.

No entanto, essa expectativa tende a se frustrar continuamente, tal fragilidade do direito em nossa sociedade. A experiência histórica da sociedade brasileira é marcada pela realidade brutal da violência, do autoritarismo, da dominação, da injustiça, da discriminação, da exclusão, enfim, da falta de direito. É assim, que o nosso não tem sido um Estado de direito, ele sempre foi, sob as mais variadas formas, um Estado de fato, onde as decisões são tomadas e implementadas sob o império da força e da dominação. Não agenciador dos interesses coletivos e muito menos dos interesses dos segmentos mais fracos de nossa sociedade civil (Severino, 2014, p. 37).

Como parte das reformas educacionais, em 2002, foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Formação de Professores da Educação Básica (Brasil, 2002), com uma ênfase particular no desenvolvimento das competências pessoais, sociais e profissionais dos educadores. Essas orientações foram direcionadas aos professores que irão atuar em diversos níveis da educação básica. Elas delinearam que a preparação para o exercício profissional específico deve levar em conta, por um lado, o desenvolvimento das habilidades necessárias para a prática docente, concentrando-se na formação oferecida e nas expectativas para o futuro professor. Por outro lado, enfatizaram a importância da pesquisa, com foco no ensino e na aprendizagem, para a compreensão do processo de construção do conhecimento (Borges et al. 2011, p. 13).

Outro marco importante é a Resolução CNE 02/2015 que se refere a uma normativa aprovada em 15 de junho de 2015 (Brasil, 2015), cujo papel foi preponderante na elaboração e implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento definidor dos conhecimentos e competências essenciais que todos os estudantes brasileiros devem adquirir ao longo de sua educação básica, que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio.

A Resolução CNE 02/2015 também aborda a formação docente como parte essencial da educação no Brasil. O documento estabelece diretrizes e princípios para a formação de professores em todos os níveis de ensino. Os principais pontos relacionados à formação docente desta Resolução incluem: a Formação inicial e continuada; a concepção de formação docente pautada na reflexão crítica, na pesquisa, na prática pedagógica e na interdisciplinaridade; valorização da docência reconhecendo os professores como profissionais fundamentais para a qualidade da educação e a importância de criar condições adequadas de trabalho, remuneração e carreira; a formação em serviço presumindo a necessidade de programas de formação continuada para os professores já em exercício, de modo a mantê-los atualizados em relação às novas metodologias, tecnologias e tendências educacionais (Brasil, 2015a).

É pertinente ponderar como este dispositivo legal se esforça ativamente para unir e consolidar todas as diversas correntes políticas que permeiam o cenário das leis educacionais, inaugurando assim um novo capítulo na formação dos professores. Sua redação ocorreu no decorrer dos governos petistas, onde se procurou conciliar as políticas de ensino para o mercado de emprego, com noções de inclusão e cidadania, conforme visão social liberal que marcaram tais governos. No entanto, não abordaremos aqui o intrincado processo de elaboração e implementação das diretrizes pelo Conselho Nacional de Educação, bem como seus incansáveis esforços para envolver a sociedade civil em todas as suas manifestações e instituições.

Em vez disso, focamos naquilo que é assegurado no âmbito das ideias presentes no documento, embora não subestimamos a importância de seus significados no contexto da criação e fundamentação desse dispositivo legal, através de ações que promovem um vigoroso debate acerca do referido documento político, pautado em princípios democráticos (Ferreira, 2022).

É preciso destacar que a Resolução nº 2, de 2015 (Brasil, 2015b), preconiza a formação dos profissionais do magistério pela organização de Diretrizes em torno da formação inicial e formação continuada destes, bem como no que diz respeito à respectiva valorização profissional.

É fundamental reconhecer a relevância legal das novas Diretrizes para a valorização dos professores. Elas estabelecem o docente como também responsável por sua formação, garantem o cumprimento da legislação atual e fortalecem o papel das

instituições de ensino superior na preparação de professores para o ensino na educação básica. Isso contribui para promover a formação inicial de qualidade, bem como para o reconhecimento e a valorização social da profissão docente.

Por outro lado, entre as reformas, à revelia do debate democrático elaborou-se e encaminhou-se ao Conselho Pleno (CP) o Parecer CNE/CP nº 14/2020 e a Resolução CNE/CP nº 02/2019, instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (DCN-FPEB) e a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Os referidos documentos legais forjam o necessário atendimento aos desígnios da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018b).

Nela é possível identificar um conjunto de ações e alterações coordenadas, de modo que todas as recentes políticas educacionais estejam em completa subordinação à BNCC, entre elas a BNC-Formação. As novas diretrizes agora destacam habilidades e competências como os pilares fundamentais da formação docente, com o objetivo de promover aprendizagens essenciais na preparação dos futuros professores. O foco é colocado nas competências que capacitam os educadores a aplicar efetivamente seu conhecimento e habilidades para alcançar o sucesso na educação (Brasil, 2019).

Nesse viés, as competências se estruturam em três eixos que abordam os alicerces a partir do entendimento da profissão, da aplicação prática profissional e, por fim, do compromisso profissional. As mesmas podem ser descritas, respectivamente, como conhecimentos que estão incorporados no currículo da educação básica; a aplicação exigida por meio de abordagens pedagógicas ativas; e o empenho individual de acordo com as necessidades específicas da comunidade escolar e do contexto educacional.

Além disso, ela apresenta uma carga horária reduzida, ficando evidente que a formação inicial agora se concentra principalmente em ser um curso profissionalizante voltado para a aplicação do currículo da Educação Básica. Ela deixa de ser uma formação mais ampla, tanto em termos teóricos e práticas científicas, e passa a priorizar a orientação e direcionamento da prática restrita aquilo que é visto como útil, o que confere ao ensino aspecto meramente instrumental. Essa mudança também visa acelerar

o processo de formação e a habilitação para a atuação inicial como profissional da educação, em acordo com a lógica instrumental proposta.

A BNC-Formação continuada retoma a BNC-Formação e se baseia nos princípios que orientam e direcionam a formação com base na BNCC de 2017. Ela enfatiza os princípios fundamentais da formação continuada, centrando-se nas competências e habilidades, bem como na integração dos princípios e valores da BNC-Formação, que são consistentemente reforçados na BNC-Formação continuada de professores. Isso inclui a consideração dos eixos/dimensões estruturantes, habilidades e competências gerais e específicas.

Os referenciais profissionais docentes, também chamados de matriz de competências ou padrões profissionais, embasam tanto a formação inicial quanto a continuada de professores (...) Para este fim, a estruturação de programas destinados à formação em serviço é essencial, visto que a oportunidade de aprender em seu contexto de atuação, junto a seus colegas de trabalho, com suporte de um formador experiente (mentoria ou tutoria), é uma das medidas mais eficazes para formação de professores (Brasil, 2020 b).

Para alcançar esse objetivo, são estabelecidos profissionais experientes, desempenhando o papel de tutores ou mentores, que desempenham um papel fundamental no apoio ao desenvolvimento profissional. Eles promovem a adoção de padrões previamente definidos em relação ao conhecimento e às habilidades necessárias para o exercício do magistério, tanto por parte dos professores em formação quanto das instituições de ensino credenciadas para oferecer esse serviço de formação para educadores que atuam na educação básica.

O processo de mistificação da figura do professor mediante as mudanças econômicas e sociais

É indiscutível a importância da função do professor na sociedade. Todavia, é crucial examinar como a compreensão desse papel é afetada por inúmeras problematizações que envolvem a sua representação na sociedade e sua atuação no ensino. A profissionalização docente na contemporaneidade não se limita a uma mera

construção teórica, é essencial torná-la pública e promover sua democratização, reconhecendo sua relevante função social.

Na contemporaneidade, a profissão de professor enfrenta desafios significativos devido às mudanças econômicas e sociais, tornando-se alvo central nas discussões, isso é evidenciado pelo esvaziamento de sua função enquanto atividade dotada de caráter intelectual. O modelo de professor é moldado pelas diretrizes educacionais, que tendem a reduzir a preparação do docente em sintonia com o exigido pelo mercado de emprego precário, daí a sua instrumentalização, conforme a tese de educar para o trabalho.

No âmbito da formação dos profissionais da educação, estamos presenciando um retorno das concepções tecnicistas e pragmáticas que predominaram na década de 1970. Nesse cenário, a concepção neoliberal orienta os processos de formação baseados nas competências e habilidades dos indivíduos. Em consequência, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica que institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) materializam essa abordagem em conformidade com a BNCC, atribuindo ao papel do professor de acordo com o paradigma exigido pelo mercado de trabalho, sendo essencial para sustentar uma sociedade baseada na economia do conhecimento seguindo os princípios do neoliberalismo, logo, a BNC-Formação institui:

Art. 2º A formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC - Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral. (Brasil, 2019, p. 1 –2).

A formação docente está alinhada com o conceito que visa desenvolver as competências gerais previstas na BNCC. Portanto, na sociedade contemporânea o professor consiste em preparar o indivíduo para contribuir de forma produtiva, desenvolvendo as competências e habilidades úteis aos processos de mudanças do sistema de produção.

É nesse cenário da reestruturação produtiva que o capital demanda um novo perfil de habilidades e competências para aplicação no emprego. Nesse caso, a escola é ponto central para essa discussão, tornando essencial a implementação de novas formações e mudanças no perfil profissional dos docentes, e isso requer um conceito ideal de professor que corresponda a essas novas exigências. Hobold e Farias (2020, p. 208) enfatiza, neste processo, que é necessário um “professor que responda rapidamente às situações demandadas em sala de aula, sem necessariamente realizar uma análise crítica dos fatores intervenientes para determinados acontecimentos do cotidiano escolar”.

A Resolução CNE/CP nº 02/2019 não é uma normativa que está isolada, mas faz parte de um conjunto de leis com viés reformista que busca redefinir e estabelecer uma nova identidade profissional para os professores. Essas mudanças refletem-se na BNCC, onde o professor desempenhará um papel como executor de currículos pré-elaborados.

Desta maneira, a versão definitiva da BNC – Formação delineia um conjunto de dez competências gerais que são consideradas essenciais para a formação completa do indivíduo, de acordo com o documento. É evidente que vivemos em uma sociedade capitalista preocupada com a formação e o trabalho, e, nesse contexto, a escola desempenha um papel fundamental nos ideários do mercado, o Estado controla as escolas e o processo formativo dos professores. “O objetivo é explorar a força humana, com vistas à expansão dos lucros e produtividade” (Andrade, Costa e Cabral, 2021, p. 3).

A concepção de competência docente com uma abordagem neoliberal presente na BNC da Formação Inicial nos faz lembrar do tecnicismo, limitando a autonomia e a capacidade crítica do professor ao longo de toda a normativa. Farias (2019, p. 163), desvela sobre as competências docentes são direcionadas “com uma lógica homogeneizante e focada nos resultados, que não deixa margem para pensar a formação para a docência numa perspectiva larga e que considere a complexidade do ensinar, a diversidade dos contextos de trabalho, a pluralidade social dos discentes”.

Podemos perceber um desmonte na profissão docente, onde o papel do professor no sistema educacional encontra-se diminuído, tornando-o praticamente dispensável. Isso ocorre porque as novas formas de aprendizagem são focadas somente no acesso a uma quantidade maior de informações ao invés de promover a aquisição de

conhecimento. Nessa perspectiva, o conhecimento passa a ter um novo significado, reduzindo-se a simples informações de acordo com as aprendizagens essenciais presentes nas novas propostas.

Como resultado, a formação de professores proposta na BNC-Formação (2019) segue as premissas do conceito de competências e habilidades que estão presentes na BNCC, seguindo uma abordagem discursiva hegemônica que justifica as reformas educacionais atuais. Essa transformação na formação docente é claramente visível, representando uma mudança na abordagem do desenvolvimento do licenciado, centrando-se em “competências gerais”, que são consideradas aprendizagens essenciais a serem asseguradas a todos os estudantes. As competências específicas estão em três dimensões: I) conhecimento profissional; II) prática profissional; III) engajamento profissional, que se caracteriza em doze outras competências. Podemos observar que as três dimensões estão ligadas ao conceito de profissionalismo, o que implica na criação de um modelo de professor que acaba perdendo a sua capacidade de representação na contribuição de novas construções sociais.

De acordo com Pereira e Evangelista (2019, p. 82), “radicalizou o processo de expropriação do conhecimento do professor e investiu no aprofundamento de formas de gerenciamento da formação e do trabalho docente”. As competências estão centradas no saber-fazer promovendo uma padronização da formação docente com um currículo mínimo, destacando as competências e habilidades baseados em um modelo técnico instrumental.

Temos aí, um direcionamento para a formação de professores da Educação Básica que está pautado em um modelo padronizado de desenvolvimento de competências e habilidades. Nesse sentido, as Diretrizes de 2019 representam um movimento de padronização dos processos de formação de professores, incidindo fortemente em como o saber deve ser administrado em detalhes, de forma a produzir currículos mínimos que estão pautados em competências e habilidades. (Gonçalves; Mota; Anadon, 2020, p. 370).

Estamos claramente diante de um cenário de uma formação que diminui o conhecimento que o professor possui sobre o conteúdo científico que ele ministra em sala de aula, colocando uma ênfase na padronização e no controle da prática docente, o

que, por sua vez, leva a uma desconstrução da figura do professor enquanto sujeito dotado da formação teórica, da formação intelectual.

As Diretrizes de 2019, já em seu primeiro parágrafo, direcionam à organização curricular da formação de professores com base nos princípios da BNCC, isto é, essas diretrizes estão relacionadas e se complementam mutuamente. Isso nos leva a refletir sobre a vinculação entre a BNC - Formação e a BNCC e o papel desses agentes para implementar efetivamente o que está proposto na BNCC.

Nesse contexto, ocorreu uma profunda mudança no papel do professor em relação ao processo de ensino e aprendizagem na medida em que este deixou de desempenhar um papel de produtor de conhecimento conforme sugerido no passado recente, atualmente converteu-se em executor de conteúdo previamente disponibilizados em plataformas virtuais. As diretrizes contribuem para essa desconfiguração da figura do professor como detentor do conhecimento, o que por sua vez, desvaloriza toda o papel intelectual do professor.

O próprio documento promoveu uma equivocada ideia de qualificação docente, ao considerar a formação de professores dentro de uma perspectiva restrita. No entanto, os currículos baseados em competências padronizam a aprendizagem dos alunos na educação básica, bem como a formação dos professores. Portanto, é notável a influência dos valores morais do capitalismo à época neoliberal no campo educacional;

Em outras palavras, gera e transmite um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, visando adequar os indivíduos aos interesses do sistema, através da educação, modificando as formas de participação, o projeto político pedagógico, a forma de contratação dos professores e o processo de ensino e aprendizagem em sala de aula, passando o docente a ser um aplicador de técnicas (Caetano, 2018, p. 123).

É cada vez mais evidente a influência do capital no campo da educação, exercendo controle sobre a mentalidade dos educandos e indivíduos em geral. Como resultado, a formação de docente está focando principalmente na preparação dos educadores para ensinarem apenas o que preconiza a BNCC. Essa abordagem reflete um dos perfis delineados em nossa Resolução, que enxerga o papel do professor em um futuro próximo como sendo o de um tutor e aplicador de materiais educacionais totalmente prontos.

Consequentemente, o papel do docente é reduzido a uma figura de facilitador, perde-se a característica do que é ser professor na sociedade contemporânea. “[...] o professor torna-se um instrumento de transmissão do conteúdo, e o aluno tem sua formação voltada para o mundo do trabalho, centrada pelas aprendizagens essenciais” (Silva 2020, p. 18).

Nesse novo modelo, o que prevalece é formação simplificada, esvaziada de conteúdo, que se concentra em atender aos interesses das políticas neoliberais. A abordagem da BNC – Formação, que enfatiza o “saber fazer”, resulta em um esvaziamento da formação docente, fornecendo uma base legal para a agenda do capital na educação. Isso, por sua vez, representa retrocesso no que diz respeito ao direito de os professores receberem uma formação que os capacite a compreender criticamente a realidade concreta. E essa abordagem, mistifica a figura do professor.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, contextualizamos as reformas da formação docente no Brasil, destacando os marcos legais e as políticas educacionais que moldaram essa trajetória. A compreensão da formação de professores no contexto histórico é essencial para avaliar todos os desafios enfrentados na atualidade. Contudo, consideramos o impacto negativo da nova Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 que proclamou a BNC-Formação, apontando para uma necessidade de reflexão crítica sobre o papel do professor na sociedade contemporânea, diante os desafios que encontramos perante as novas Diretrizes e as influências do sistema capitalista na educação. Por meio deste artigo pretende-se contribuir para o desenvolvimento de análises críticas acerca da resolução, em vigor, aqui analisada, além de possibilitar a comparação quando necessário, com as novas políticas para formação de professores, considerado a mudança de governo em âmbito federal a partir de 2023.

A política formação proposta pela Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, em processo, desqualifica a natureza essencial envolvida na atividade docente, ao mesmo tempo em que mistifica a figura do professor como salvador face as mazelas encontradas na educação pública, reduzindo sua função a um mero executor de conteúdo pré-determinado e moldando em um perfil ideal de professor para atender aos interesses do mercado de emprego, o que tende a esvaziar a sua função como educador.

Nesse contexto, percebemos um desmonte na profissão docente padronizando a formação de professores e o ensino a uma educação mais homogeneizada e centrada em apenas resultados.

Este estudo destaca a necessidade em se desenvolver uma reflexão crítica acerca do papel do professor na sociedade contemporânea e os novos desafios para a defesa da sua atuação baseada no entendimento de que sua atividade, de caráter intelectual, ampara-se no conhecimento científico, em oposição à ideia de que os professores/as devem restringir-se à aplicação de materiais pré-determinados. Em perspectiva, o artigo permita estabelecer parâmetros críticos para o desenvolvimento de análises relativas às políticas de formação de professores no Brasil, independente do perfil político do governo estabelecido.

Referências

ANDRADE, Antonia Costa; COSTA, Maria da Conceição dos Santos; CABRAL, Maria da Conceição Rosa. **Política de formação de professores e professoras no brasil**: o programa residência pedagógica na região norte. Revista de educação, linguagem e literatura. Dossiê Políticas de Educação Superior: tendências e perspectivas, v. 13, 2021. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/revelli/article/view/12236>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BORGES, Maria Célia; AQUINO, Orlando Fernández; PUENTES, Roberto Valdés. **Formação de professores no Brasil**: história, políticas e perspectivas. Revista HISTEDBR On-line, v. 11, n. 42, p. 94-112, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639868/7431>. Acesso em: 19 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 02/2019, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 2019.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 2/2015**, aprovado em 9 de junho de 2015 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Brasília: CNE, 2015a.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 7 de janeiro de 2015 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências. Brasília: CNE, 2015b.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 3**, de 3 de outubro de 2018 – Altera o Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais

para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: CNE, 2018b.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 2 de julho de 2019 – Altera o Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: CNE, 2019c.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 27 de outubro de 2020 – Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Brasília: CNE, 2020b.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Seção 1, p. 1.

CAETANO, Maria Raquel. **Lógica privada na educação pública, redes globais e a formação de professores** (Private logic in public education, global networks and teacher training). Revista Eletrônica de Educação, v. 12, n. 1, p. 120-131, 2018. Disponível em: <<https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/2109/674>>. Acesso em: 27 de dez. 2023.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. Cortez editora, 2018. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2010-1/2SF/Claudio/5Pesquisas_em_Ciencias_Humanas_Sociais.pdf>. Acesso em: 12 de dez. 2024.

FARIAS, Isabel Maria Sabino. **O discurso curricular da proposta para BNC da formação de professores da educação básica**. Retratos da escola, v. 13, n. 25, p. 155-168, 2019. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/961/pdf>>. Acesso em 15 de jan. 2024.

FERREIRA, Alexandre de Oliveira. **Formação docente no Brasil: elementos de tensão e disputa nas políticas educacionais**. 2020. 188f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, Campus de João Pessoa, 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em: 17 de jan. 2024.

HOBOLD, Márcia Souza. FARIAS, Isabel Maria Sabino. **Didática e formação de professores: contributos para o desenvolvimento profissional docente no contexto das DCNs**. Revista Cocar, n. 8, p. 102-125, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3050/1333>>. Acesso em: 20 dez. 2023.

PEREIRA, Jennifer Nascimento; EVANGELISTA, Olinda. **Quando o capital educa o educador**: BNCC, Nova Escola e Lemann. Movimento-revista de educação, n. 10, p. 65-90, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32664/18804>>. Acesso em: 08 de jan. 2024.

SILVA, Kátia Augusta; PINHEIRO, Cordeiro Curado. **Formação de professores na Base Nacional Comum Curricular**. Diálogos críticos, v. 2, p. 102-122, 2020. Disponível em: <https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/edipe2_ebook/artigo_03.html>. Acesso em: 03 de nov. 2023.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4233509/mod_resource/content/0/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf>. Acesso em: 22 de nov. 2023.